

Regularidade e automatismo sociais em Antonio Gramsci

Henrique Amorim

Como citar: AMORIM, H. Regularidade e automatismo sociais em Antonio Gramsci. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 205-210.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p205-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Regularidade e automatismo sociais em Antonio Gramsci

Henrique Amorim*

Este artigo tem a intenção de identificar na obra de Antonio Gramsci¹ uma possível apreciação da categoria analítica de regularidade social, tentando articulá-la sobretudo à compreensão dos conceitos de reprodução social e de totalidade social. Com a ressalva de que seria ainda necessário o desenvolvimento de outras categorias como a de revolução passiva, de hegemonia, de correlação de forças, de análise de situação, de *"homo oeconomicos"*, de mercado determinado e, sobretudo, a análise da passagem do movimento corporativo ao momento ético-político para melhor qualificar essa discussão.

Pensar a obra de Gramsci, nesse sentido, pressupõe ter atenção, em primeiro lugar, às questões como a do sentido de uma teoria estratégico-política e do caráter orgânico da teoria e da prática política. Como lembra Gramsci, resgatando Marx, sua teoria não constitui uma nova modalidade científica, ela seria, sobretudo, uma forma de deslocamento analítico para a constituição de uma nova visão de mundo projetada em uma nova sociedade (Gramsci, 1981).

A caracterização destes argumentos nos darão fundamento teórico para discutir algumas questões essenciais à teoria sociológica, tais como, o "lugar da teoria", o posicionamento do pesquisador em relação ao seu objeto e a possibilidade ou não da definição de determinações histórico-sociais.

Desenvolveremos a hipótese de que é possível a apreensão da realidade a partir de certas regularidades, "leis", aqui vistas como leis tendenciais. A tendência exigiria, segundo Gramsci, sempre a necessidade de se pensar a situação, enquanto a "lei" não. Assim, estas regularidades não serão formuladas aqui como estruturas conceituais que determinariam a realidade e/ou seu desenvolvimento; em outras palavras, categorias que atuariam como sujeitos históricos. Pelo contrário, elas serão retidas como uma forma, dentre várias outras, de explicitação das possibilidades de intervenção concreta no "real", isto é, como formas estratégicas para de intervenção política.

O "real" é, assim, caracterizado como um conjunto de formações sociais infinitas, mas que, se pensado a partir da noção de tendência, pode nos qualificar em que medida e como, a cada conjuntura, a estrutura social é reproduzida socialmente. Dessa forma, não definiremos previamente os acontecimentos históricos; eles são conseqüências da "luta de classes", que recompõem a estruturacapitalista.

Desenvolveremos aqui a noção de "determinação social" ao o conceito dentro de um contexto histórico específico, no qual a compreensão do "real" é sempre uma manifestação de um

* Pós-doutorando em Sociologia pela Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

¹ As obras de Gramsci utilizadas aqui como referências são: Os Intelectuais e a Organização da Cultura (1978); Concepção Dialética da História (1981) e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (1991).

realidade reelaborada. Pensaremos, assim, a historicidade das categorias de análise, submetendo a ordem lógica à ordem histórica. As questões que serão desenvolvidas aqui estão articuladas, dessa forma, em primeiro lugar, à tese de que não existe uma separação entre as construções dos conceitos e a intervenção histórica na formação de categorias de análise e, em segundo lugar, que o conjunto de conceitos arrolados por essa hipótese contemplada pelo método de Marx tem caráter heurístico, ou seja, são produtos históricos e transitórios que devem ser reeditados a cada nova experiência histórica (Marx, 1976, p. 105).

O MAPA DO IMPÉRIO OU A TOTALIDADE SOCIAL

En aquel imperio, el arte de la cartografía logró tal perfección que el mapa de una sola provincia ocupaba toda una ciudad, y el mapa del imperio, toda una provincia. Con el tiempo, esos mapas desmesurados no satisficieron y los colegios de cartógrafos levantaron un mapa del imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía putualmente con él. Menos adictas al estudio de la cartografía, las generaciones siguientes entendieron que ese dilatado mapa era inútil y del sol y de los inviernos. En los desiertos del oeste perduraron despedazadas ruinas del mapa, habitadas por animales y por mendigos; en todo el país no hay otra reliquia de las disciplinas geográficas.²

Traçar o mapa do império foi uma metáfora irônica utilizada por Borges para criticar uma ciência que se pensava verdadeira, absoluta, uma ciência que quer tomar o lugar da história. Mas, como então podemos pensar a totalidade social sem que incorramos na utopia desmesurada de um “mapa do império”? A proposta que aqui se desenvolve está em consonância com a crítica presente nas entrelinhas dessa epigrafe.

Em Antonio Gramsci a compreensão da totalidade social é sobretudo revelada a partir da articulação entre o movimento das estruturas e das superestruturas, a saber, dos aparelhos de hegemonia *versus* forças produtivas, expressão da unidade contraditória no capitalismo, e as relações de força de cada conjuntura específica, constituindo, com efeito, racionalidades científicas (formas de subjetividade da história, forças em presença, mercado determinado etc.), ou seja, expressões historiadas da “lutas de classes”. Nesse sentido, seria a partir de uma “racionalidade” que a subjetividade das classes atua pela luta de uma hegemonia social. A racionalização das relações de produção expressa, assim, uma forma da luta ideológico-política, sintetizada em formulações teóricas que se interpõem num confronto histórico e social.

Segundo Gramsci, as forças ocasionais presentes em cada nova conjuntura histórico-política teriam a função de recompor os aparelhos de hegemonia atualizando a estrutura social. Essa recomposição da estrutura social dar-se-ia a partir das forças ocasionais em presença em cada nova conjuntura histórica, elas teriam a função de reeditar relações sociais relativamente permanentes de um modo específico de reprodução da vida social. Assim, articular-se-iam como formas “automáticas” de reedição e reelaboração de velhas relações de dominação. Com efeito, a noção de “automatismo” social (Gramsci, 1981, p. 120) nos permite entender a conservação de relações de uma mesma natureza, na medida em que estabelecem uma conexão entre o novo e o velho, resgatando suas reais semelhanças.

² Jorge Luis Borges utiliza-se neste texto de um possível pseudônimo, Soares de Miranda (1658), característico do estilo literário chamado por muitos críticos de realismo fantástico.

Anunciando uma discussão com a Economia Política Clássica, Gramsci nos dá uma pista bem interessante ao fundamentar no seu diálogo com David Ricardo, acerca da categoria analítica de *"mercado determinado"*, sua noção de "conceito". Segundo Gramsci, as regularidades sociais que Ricardo percebeu em algumas sociedades capitalistas foram de extrema importância para a construção da teoria do valor. Num primeiro momento, Ricardo desenvolveu um caminho teórico sofisticado. Ao debruçar-se em uma dada sociedade, específica, flagrou os elementos constitutivos e dominantes do social que se repetiam de forma relativamente permanente. A partir daí, estabeleceu um confronto entre estas regularidades, agora determinações sociais, com uma outra realidade social. Ou seja, ele submeteu a experiência de uma sociedade ao conjunto de determinações sociais por ele observadas em uma outra.

Ricardo, dessa forma, desenvolveu categorias de análise que denominou *"regularidades sociais"*; porém, quando se utilizou destas como conceitos analíticos, submeteu a realidade específica de uma sociedade ao conjunto de determinações constitutivas de uma outra realidade. Ao fazê-lo tornou tais categorias eternas, pois deslocou-as da realidade concreta que as constituía, generalizando-as a outras sociedades, tomando-as, assim, "leis" em geral, de uma ciência econômica em geral. Como diz Gramsci: *"A esta construção científica realista e concreta [de Ricardo] foi-se sobrepondo posteriormente uma nova abstração mais generalizada do 'homem' como tal, 'a-histórico', genérico, abstração que passa por ser a 'verdadeira' ciência econômica"* (Gramsci, 1981, p. 120-121).

A partir dessa crítica a Ricardo, Gramsci percebe primeiramente que seria possível construir um conjunto de conceitos úteis à análise de uma outra realidade social. Entretanto, estes conceitos não podem ser pensados como a própria realidade. Na verdade, devem ser historicizados, ou seja, a análise das relações sociais deve balizar-se no sentido de entender quais são os significados de certas regularidades para cada sociedade, como elas estão constituídas e podem ser estruturadas na formação social analisada; ou seja, *"(...) trata-se de compreender como se constituem no desenvolvimento histórico forças relativamente 'permanentes', que operam com certa regularidade e 'automatismo'"*. (Gramsci, 1981, p. 122).

Como já argumentamos, obscurecer o "real" seria debruçar-se sobre uma análise que articule qualquer forma prévia de seu desenvolvimento. Ou seja, submeter o processo histórico a uma construção lógica do pensamento. Resgatando tal impossibilidade, Marx, em outros termos, indica uma interação não evidente entre perspectivas de análise da realidade e intervenções políticas concretas. Ou seja, Marx mostra, a partir da crítica aos economistas políticos clássicos, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, a intencionalidade em reproduzir a dominação social, na medida em que tomavam a construção e a reprodução do "social" como momento natural do desenvolvimento do capitalismo, tomando, então, eterno o que foi construído no terreno da história. Em outras palavras, a explicação da construção social e histórica como "natural" legitima uma dominação social, pois faz dela uma dominação "natural" e incontornável; sua crítica, fundamentada em parte pelo marxismo, revela então uma nova forma de intervenção teórico-estratégica e de luta política.

A economia política clássica formulou sua teoria partindo da apreciação de indivíduos isolados, isto, de certa forma, naturalizou o "homem", tornando-o um "homem em geral" (cf. Marx, 1978, p. 25-26). Não obstante, o marxismo apropriou-se de várias categorias de análise dessa linha

teórica; assim, como poderíamos pensar a apropriação de certos elementos da economia política de Ricardo a partir de uma perspectiva crítica? Em outras palavras, como trabalhar com certos elementos do pensamento ricardiano sem incorrer em uma perspectiva naturalizadora do homem?

Gramsci via Marx utiliza as categorias de análise de Ricardo a partir de uma apropriação instrumental. Ricardo desenvolveu tais categorias de análise a partir da noção do "homem" em sentido genérico, faz-se necessário qualificá-las para um novo momento histórico (cf. Gramsci, 1981). As regularidades sociais, nesse sentido, nos forneceriam algumas hipóteses gerais do funcionamento de uma formação social, no qual estaríamos singularmente interessados. Essa recomposição das categorias de análise ricardianas nos indica o caráter não arbitrário da teoria de Gramsci. Ela sintetiza, a partir da construção de conceitos heurísticos (cf. Texier, 1992, p. 113-118), relações sociais que estão colocadas no plano da pesquisa.

Esse tipo de análise seria viabilizado a partir do pressuposto teórico da "abstração determinada" (cf. Negri, 1979, p. 83-111), que fundamentaria a necessidade de entender o "verdadeiro na prática", tentando mostrar que o verdadeiro, o concreto, é o resultado de múltiplas determinações, as quais comporiam uma unidade formada pelo jogo das contradições sociais. Assim, vemos que a categoria de abstração determinada seria um meio de chegada a uma certa realidade, a uma realidade reelaborada. Ela seria a construção de um conjunto de hipóteses que nos auxiliariam a pensar o "real". A "abstração determinada" indica, assim, o concreto como resultado da "luta de classes", como desfecho contínuo de um processo de lutas sociais, pensando a intencionalidade de múltiplos sujeitos sociais como resultado de um processo histórico, como síntese da diversidade social (cf. Negri, 1979). Assim, a importância desse método estaria em pensarmos o "homem" como produtor de sua própria história. O "*método da tendência antagonista*" seria, assim, um instrumento analítico que permitiria politizar o embate entre as classes ao desmistificar elementos históricos que pela pena desses economistas foram disseminados como naturais. Compreender o campo de forças de diferentes conjunturas, momentos históricos, para além do terreno econômico, imediato, pensando, assim, a produção em geral e os momentos históricos que particularizariam tal produção seria o grande ponto de intervenção do marxismo.

Pensar a lógica do capital como uma criação da atividade material dos homens, problematizando-a como uma lógica que estabelece uma reprodução do social, sobretudo a partir da exploração da força de trabalho, seria um primeiro ponto de intervenção da teoria de Marx. Conseguir articular a crítica aos economistas clássicos e compreender o "real" no sentido, primeiro de imobilizar e desconstruir um discurso científico que dava base (e ainda dá) à exploração do trabalho pelo capital; e, segundo, constituir um objeto novo de intervenção teórico-prático que forme uma unidade entre a teoria e a prática, e uma nova visão de mundo que lhe dê sustento seria a grande façanha do marxismo.

Gramsci, ao analisar a produção social a partir da sua totalidade social, não restringe o campo da economia às suas próprias especificidades. Na verdade, a divisão que o autor estabelece é apenas uma divisão para uma exposição didática. A política, a filosofia e a economia não são partes de um todo homogêneo, mas sim expressões sociais constitutivas da própria realidade. Ou ainda, são construções conceituais para o entendimento do "real". Estas construções não seriam a própria realidade, não poderiam confundir-se com o "real", pois

tratam-se de expressões fenomênicas de uma realidade observada.

Pensando, dessa forma, atingimos a questão de que é possível percebermos, através da análise da produção, como o fez Marx, a exploração do trabalho vivo e a fetichização das relações sociais. A totalidade social, nesse sentido, é presenciada na produção quando vemos os campos (didaticamente) expostos por Gramsci interagirem no "real", como formas constitutivas e antagônicas da realização singular da vida na produção. Isto nos informa, por exemplo, como a participação dos aparelhos de hegemonia, principalmente o Estado, atuam no sentido de fragmentar a classe trabalhadora para recompor as bases políticas da exploração do trabalho. O Estado, assim, interfere na organização produtiva quando submete os interesses e as conquistas históricas das classes trabalhadoras ao interesse privado de setores das classes dominantes.

Vimos, assim, trabalhando esta argumentação no sentido de indicarmos a inseparabilidade entre a política e a economia e, além disso, de fundamentar a crítica das análises deterministas e reformistas que subordinam os conflitos de classe e a contradição central presente nas sociedades capitalistas entre capital e trabalho à lógica aparentemente insuperável do "mercado".

Gramsci, desta forma, propõe uma tradutibilidade entre esses campos da análise do "real". Assim, percebemos que esta apropriação fixa a noção de totalidade social ao pensar, a partir das relações de força de uma determinada conjuntura, qual seria o lugar da filosofia, da política e da economia, como atividades sociais que formam em seu conjunto uma unidade social. Ora, se tais dimensões são pensadas a partir de uma categoria que leva em conta o conjunto de seus elementos específicos, torna-se possível pensar também a unidade dessas dimensões como próprias de uma realidade comum, como expressões fundadas em um mesmo "*substrato social*", a saber, como expressão da forma pela qual os homens organizam a produção da sua vida material.

Nesses termos Gramsci pôde justificar a elaboração teórica própria da filosofia da *praxis*, como uma elaboração heurística que, segundo ele, por ter "nascido" sobre o terreno de três movimentos culturais, a saber, a economia clássica inglesa, a filosofia clássica alemã e a literatura e prática política francesa, sintetizou "*os três movimentos, isto é, toda a cultura daquela época, (...) que na nova síntese, em qualquer momento que se a examine, momento teórico, econômico, político, se reencontra como 'momento' preparatório (para) cada um dos três movimentos*" (Gramsci, 1988, p. 110). Essa unidade e, então, seria justificada, no entender de Gramsci, pela relação entre homem e matéria, ou melhor, "*a unidade é determinada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre homem e matéria*" (cf. Gramsci, 1981, p. 112), ou seja, natureza - forças materiais de produção. Para trabalhar com o conjunto histórico das relações tipicamente capitalistas é necessário qualificá-las dentro do próprio capitalismo, como relações de produção fundadas e reproduzidas dentro de uma historicidade específica. A separação entre teoria e prática faz com que esse pressuposto seja secundarizado e, assim, a possibilidade de intervenção no "real" por parte da teoria seja relativizada ao seu extremo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Para Leer el o Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- _____. *Ideologia e aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Ed. Presença, 1974.
- BRAGA, R. *A Restauração do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1997.

- CHÂTELET, F., PISIER-KOUCHER, E. e VICENT, Jean-Marie. *Los Marxistas e la Política*. Madrid: Taurus Ediciones, 1977.
- _____. *O Capital (Livro I) Análise crítica de François Châtelet*. Campinas: Ed. IFCH/UNICAMP, 1991.
- DE FELICE, F. Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci. In: *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, Vol. 1, p.189-257.
- ENGELS, F. *La Sainte Famille*. Paris: Éditions Sociales, 1970, p.116.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- _____. A nova Agenda. In: BLACKBURN, Robin. *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p: 235-249.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- HABERMAS, J. A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda – o que significa socialismo?. In: BLACKBURN, Robin. *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 45-72.
- HIRANO, S. *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1974.
- LISPECTOR, C. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- LÖWITZ, K. Max Weber e Karl Marx. In: *Max Weber e Karl Marx*. Org. GERTZ, R.E. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- MAGALINE, A. D. *Luta De Classes e Desvalorização Capital*. Lisboa: Ed. Moraes, 1997.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. Prefácio de 1859. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1988, vol. I e II.
- _____. Para à Crítica da Economia Política. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- _____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Ed. Moraes, (sd).
- NEGRI, A. La Méthode de la Tendence Antagoniste. In: *Marx – au – delà de Marx*. Paris: Christian Bourgois, 1979, p. 83-111.
- OFFE, C. Trabalho como Categoria sociológica Fundamental? In: *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, Vol. 1, p. 13-41.
- PESSOA, F. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- SOARES, M. Del Rigor en la Ciencia: viajes de Varones Prudentes, libro cuarto, cap. XLV, Lérida, 1658, in El Hacedor, de Jorge Luis Borges.
- TEXIER, J. "Éléments de Bibliographie" Note de lecture sur "Marx Weber und Karl Marx" de Karl Lowith (1932)". In: *Marx et Weber*. Actuel Marx n°11. Paris, 1992.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- WEBER, M. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1986.
- _____. Os Tipos de Dominação. In: *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, 1991, p. 139-198.